

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO PARÁ E OS POVOS INDÍGENAS.<sup>1</sup>

Cassandra Santos Dos Santos; UFPA<sup>2</sup>

Fátima De Souza Moreira; UFPA<sup>3</sup>

Isabela Milena Cassiano Figueiredo; UFPA<sup>4</sup>

Lucília Da Silva Matos; UFPA<sup>5</sup>

### RESUMO

O estudo analisou o planejamento e desenvolvimento das políticas de esporte e lazer no estado do Pará, na gestão estadual de 2015-2018, nas regiões em que se encontram os povos indígenas. Metodologia baseada em pesquisa documental, de caráter qualitativo e quantitativo. O estudo analisou o PPA e mensagens a ALEPA, estes, apontaram a ausência de ações voltadas para os povos indígenas e maior investimento em infraestruturas esportivas e valorização da dimensão do esporte de alto rendimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Esporte e Lazer; Povos Indígenas.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido a partir da análise do planejamento plurianual PPA e das mensagens do governo a assembleia legislativa do Pará (ALEPA), na gestão estadual de 2015-2018, da secretaria estadual de esporte e lazer (SEEL), com objetivo de analisar a estrutura do planejamento público das políticas esporte, seus projetos, ações, metas, e resultados, nas regiões que se localizam os povos indígenas. Com ênfase nos dados analisados dos documentos oficiais, citados anteriormente. Para Salvador (2012) o sistema capitalista vem hegemonizando o estado e disputando suas políticas e recursos. Portanto, “o orçamento público é o que garante concretude à ação planejada do estado e

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Licenciatura em Educação Física/ UFPA. Bolsista PIBIC- PRODOUTOR. Pesquisadora do Grupo GEPEF /UFPA.

<sup>3</sup> Doutora em Estudos do Lazer pela UFMG/MG. Docente da Faculdade de Educação Física-FEF/UFPA. Pesquisadora do Grupo GEPEF/FEF/UFPA

<sup>4</sup> Professora de Educação Física- SEDUC/Pa. Pesquisadora do Grupo GEPEF/UFPA.

<sup>5</sup> Doutora em Antropologia PUC/SP. Docente da Faculdade de Educação Física-FEF/UFPA. Pesquisadora do Grupo GEPEF/UFPA.

espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo.” (IBDEM, 2012). Assim, a pesquisa foi norteadada pela pergunta problema: qual foi a dinâmica do planejamento orçamentário do governo estadual das políticas setoriais de esporte e lazer nas regiões que se localizam os povos indígenas?

Entendemos esporte e lazer como produções humanas, fenômenos sociais modernos que, em diferentes manifestações, ritualizam elementos fundamentais do sistema capitalista, com foco na relação entre essa cultura corporal esportiva moderna, e as manifestações tradicionais das práticas corporais indígenas (ASSIS, 2005; GOMES 2002). A partir da constituição federal (CF) de 1988, o esporte e o lazer passaram a ser reconhecidos como direitos sociais, sendo equiparados às demais políticas setoriais. A CF, passou a ser marco legal para que as novas constituições estaduais e leis orgânicas municipais incluíssem o esporte e o lazer como direitos sociais.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento das políticas públicas compreendemos que é fundamental conhecermos a realidade socioeconômica e cultural das regiões do estado. Trindade júnior (2013) pontua que a Amazônia se constitui como um espaço reconhecidamente de fronteira econômica, no qual tende-se a reproduzir as relações associadas às novas lógicas de expansão do modo capitalista de produção, que foram caracterizadas como sendo “tradicionais” e “modernas”. Os termos são ambíguos e sujeitos à crítica, mas suficientemente claros para entender-se do que se trata.

## **METODOLOGIA**

O estudo fundamentou-se por meio de uma pesquisa documental, pautada no desenvolvimento da abordagem crítico dialética. Franco, Carmo e Medeiros (2013, p. 92) afirmam que assim, é possível “[...] Estabelecer uma ocasião de transformação dessa realidade através do esclarecimento crítico do que está posto”. A pesquisa tem como lócus o estado do Pará, que revela a identidade da

cultura amazônica, sendo parte do cenário da Amazônia brasileira. O Pará é formado por 144 municípios, com população estimada em 8.602.865 habitantes, em 2019 (IBGE, 2019).

O levantamento de documentos oficiais, referentes a gestão, foi realizado nos sites oficiais do governo do estado – secretaria da fazenda (SEFA), secretaria de planejamento (SEPLAN). Os documentos fontes foram: 1) plano plurianual – PPA referente aos períodos de 2016 a 2019. 2) mensagem governamental referente ao exercício 2015 a 2018. Além dos relatórios anuais da secretaria de estado de esporte e lazer (SEEL), tais quais, não foram disponibilizados pela secretaria. Para pesquisa tomou-se como referência o planejamento do financiamento, trabalhando com os indicadores: “magnitude do gasto” que, segundo Boschetti (2009), corresponde à análise da aplicação dos recursos da política ou programa social.

## **RESULTADOS**

No PPA, propõe-se a divisão das ações do governo por dimensão estratégica, e esporte e lazer estão inseridos na dimensão de inclusão social. Vale pontuar a divisão do estado em 12 regiões de integração. Os municípios agrupados nessas regiões têm similaridades em aspectos sociais e econômicos. Destacamos a partir desta regionalização, a ausência de registro de indicadores da área do turismo, cultura, lazer e esporte. Subentende-se que esses temas não tiveram relevância dentro da divisão das regiões.

O volume de investimento, dentro de cada região, segundo o ppa, tem como objetivo principal ampliar o acesso ao esporte e lazer, promovendo a cidadania e a inclusão social.

O documento traçou metas comuns a cada região: construção equipamentos de esporte e lazer; apoiar o acesso de pessoas a eventos de esporte e lazer; apoiar a participação de atletas em eventos oficiais; atender um x

número de pessoas em ações de esporte e lazer; e implementar a rede intersetorial e interestadual de esporte e lazer.

Destacamos as dificuldades em analisar a generalidade dos dados coletados dentro dos relatórios gerais da gestão como o PPA e as mensagens a ALEPA, uma vez que, até a conclusão dessa etapa da pesquisa, não conseguimos ter acesso aos relatórios anuais da SEEL referente aos anos da gestão, entendendo que de posse de dados mais específicos ampliaríamos nossas análises sobre as políticas públicas executadas pela SEEL. Contudo, a pesquisa foi fundamental para revelar os dados da gestão e apresentar uma radiografia dessas políticas setoriais no estado do Pará.

Nessa perspectiva, também foi importante analisar a distribuição do orçamento. A partir da observação, nota-se maior volume de recursos destinado a região do Guajará, composta pelos municípios da região metropolitana da capital do estado: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará. Dentre as doze regiões, esta possui o menor número de municípios. Não identificamos explicações sobre quais os parâmetros utilizados para a definição do volume de investimentos na região do Guajará, em detrimento de outras regiões com número maior de municípios, e menos assistidos.

Destacamos que apesar da representação territorial dos povos indígenas em algumas regiões, segundo Moreira (2020), pouco observamos neste processo uma visibilidade dada as manifestações culturais dos povos originários. Os dados coletados não indicam que a presença dos povos indígenas foi um fator determinante, supõem-se então que o planejamento das políticas públicas voltadas para o esporte e lazer não efetuam um cruzamento e integração com a cultura dos povos originários. E as legislações que foram levantadas até o momento parecem ser um indicativo desse processo, visto que na lei da organização desportiva do estado do Pará não existe nenhuma menção aos povos indígenas.

Segundo a FEPIPA<sup>6</sup>, a divisão em 12 regiões de integração não contemplou de fato o movimento indígena, assim eles propuseram uma nova forma de divisão, organizando a atuação desse movimento em oito etnorregiões, a saber: Altamira, Belém, Itaituba/Jacareacanga, Marabá/Tucuruí, Oriximiná, Novo Progresso, Tucumã/São Félix e Santarém. A federação destaca que estas regiões não estão vinculadas às divisões territoriais do estado ou a qualquer programa (COIAB/FEPIPA, 2019). Essa nova divisão foi embasada na facilitação da comunicação entre seus membros e sua articulação política, interna e externa.

Vale frisar que, a coleta de dados sobre os povos indígenas foi uma etapa desafiadora, pois o último censo sobre os indígenas foi realizado em 2010. Os dados apresentados aqui, foram coletados da obra “política pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no estado do Pará” (MATOS, 2019), que trata de análises das políticas públicas, memórias e diversidades das práticas de esporte e lazer do estado do Pará.

Baseados nisto, verificamos dentre as doze regiões de integração, seis com populações indígenas em seu território. O volume total de investimento, apresentados no PPA, para estas regiões, foi de R\$ 754.279.183,00.

Entendemos que as práticas corporais indígenas também representam a produção cultural de seus povos, e que, portanto, é fundamental receber o apoio e valorização das políticas do estado brasileiro, também no campo do esporte e lazer, no caso em questão do governo do estado do Pará, via SEEL, pois segundo Silva (2018), os povos originários no Brasil têm enfrentado uma condição histórica e socialmente desvalorizada.

Com base nas mensagens governamentais, o governo investiu em infraestrutura de espaços esportivos, através de reformas e construções de

---

<sup>6</sup>A Federação dos Povos Indígenas do Pará – FEPIPA, fundada em abril de 2016, é uma organização indígena, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, criada para promoção do bem-estar social, político, econômico, cultural e dos direitos humanos dos povos indígenas. Sua sede é no município de Ananindeua (PA).

ginásios poliesportivos e esportivos nas regiões Guajará, Baixo Amazonas, Carajás E Rio Capim. Além das estruturas serem palco de diversos eventos esportivos municipais, regionais, nacionais e internacionais. Dentre eles: campeonato norte e nordeste de atletismo (Guajará) e XVII festival da pororoca em São Domingos do Capim (Guamá).

Com a análise das ações de esporte e lazer, encontradas nos documentos pesquisados, identificamos a lógica do governo em priorizar as ações voltadas para o esporte de rendimento e ações de infraestrutura.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que diante da pergunta que norteou este estudo – como se deu o planejamento e desenvolvimento das políticas de esporte e lazer no estado do Pará, na gestão estadual de 2016-2019, implementadas nas regiões em que se encontram os povos indígenas? O governo tomou como prioridade o investimento em infraestrutura, promoção de eventos e incentivo de atletas de rendimento, e que nos documentos oficiais analisados não são registradas ações nas áreas indígenas, ou ações, projetos específicos que atendam as populações tradicionais encontrados nas regiões do estado.

Por fim, almejamos através deste estudo estar contribuindo e incentivando para a crescente produção das pesquisas e debates vinculados à temática das políticas públicas de esporte e lazer no Pará e na região norte. Problematizando como essas políticas de esporte e lazer chegam ou são fragilizadas para o atendimento dos povos originários da região amazônica.

## **REFERÊNCIAS**

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In:CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-593.

GOMES, Christianne L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física Esporte**, São Paulo, 2016, out./dez. 30 (4):963- 80.

MOREIRA, F. de S. **Financiamento das Políticas Públicas de Esporte no Governo do Estado do Pará (2012-2015)**. 231f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. PPGIEL/ UFMG, Belo Horizonte, 2020.

MATOS, L. da S.; BAHIA, M. C. (Org.). **Política pública, memória e diversidade nas práticas de esporte e lazer no estado do Pará**. Editora Paka-Tatu, Belém-PA, 2019.

SALVADOR, E. **Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 14, n. 2, jan./jun. 2012, p. 04-22.

SILVA, C. L. da; BASSI, N. S. S. **Políticas públicas e desenvolvimento local**. In: SILVA, C.L. da. (org.). **Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P. 15-38.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. da. **Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”**: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. Papers do Neca – Núcleo de Altos Estudos Amazônico/UFPA – n. 321, 2013.